



“Alegria, povo meu, pois Canudos não morreu”: As comunidades eclesiais de base em Monte Santo em diálogo com a experiência histórica de Belo Monte/Canudos (1979-1989)

Gildásio dos Santos Andrade¹

Mestrando PPGH-UEFS.

 <https://orcid.org/0009-0000-2403-7535>.

Recebido em: 23/01/2025

Aprovado em: 21/02/2025

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo estudar a experiência histórica das Comunidades Eclesiais de Base em Monte Santo durante os anos de 1980 e como o processo de se fazer comunidade foi, simultaneamente, resgatando a memória e os ensinamentos da experiência de Belo Monte/Canudos e Antônio Conselheiro, destruída no final do século XIX (1896-1897) pelas forças do exército brasileiro, realizando ao mesmo tempo sua própria experiência de libertação. Chamamos a atenção para o caráter formativo de uma outra consciência entre os camponeses, possível pelo entrelaçamento entre elementos da experiência do final do século XIX e a vivência concreta de luta pela terra na década de 1980 pelos camponeses. Resultado desse encontro, conforme tentamos demonstrar, foi a formação do Movimento Popular e Histórico de Canudos. Para tanto, recorreremos à

¹ Licenciado em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Este artigo é resultado da pesquisa de mestrado sob orientação do Prof. Dr. Clóvis Frederico Ramaiana Moraes Oliveira. E-mail: gildasiopjr@gmail.com. Bolsista do CNPq.



contextualização da formação agrária de Monte Santo e, a partir do material produzido pela imprensa à época e do Novo Movimento Popular de Canudos, apresentamos alguns aspectos da luta das comunidades.

PALAVRAS-CHAVE

Comunidades Eclesiais de Base; Canudos; Luta pela Terra.

Introdução

Monte Santo, um município localizado ao norte da Bahia, a 352 km de Salvador, está completamente integrado ao Polígono das Secas, no sertão clássico da caatinga. Esse município entrou para a memória nacional por ter sido o cenário da Guerra de Canudos (1896-1897), um dos episódios inaugurais da República Brasileira. Além disso, Monte Santo é conhecido por ter sido o local onde foi encontrado o maior meteorito em solo brasileiro, o Bendegó, e por ter servido de palco para importantes produções culturais, como a gravação do clássico do Cinema Novo, *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964), de Glauber Rocha, a adaptação da obra de Dias Gomes para a minissérie da Globo, *O Pagador de Promessas* (1988), dirigida por Tizuka Yamasaki, e *República de Canudos* (1989), de Pola Ribeiro. As duas últimas produções têm como pano de fundo os eventos que constituem o foco de nosso estudo: o trabalho de organização popular desenvolvido pela Igreja Católica na formação de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), inspiradas na memória histórica de Belo Monte/Canudos e de Antônio Conselheiro, na década de 1980.



Este trabalho constitui parte dos resultados de pesquisas em andamento desde a graduação e o mestrado, voltadas a compreender a luta pela terra dos camponeses de Monte Santo e seu entrelaçamento com a memória histórica de Belo Monte/Canudos e de Antônio Conselheiro. O desdobramento dessa relação resultou na formação de um novo movimento social camponês, o Movimento Popular e Histórico de Canudos (MPHC). Para alcançar esse objetivo, propomos situar Monte Santo no contexto das lutas pela terra na década de 1980, analisando a formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), orientadas pela Teologia da Libertação (TdL), e a apropriação da memória da experiência conselheirista.

Monte Santo: “santuário da fé e paraíso da grilagem”

No século XVIII, o território que veio a ser chamado de Monte Santo era apenas mais uma das fazendas de gado espalhadas pelo sertão, pertencentes aos domínios da Casa da Torre. Esse território, em particular, fazia parte da Fazenda Soledade, arrendada por João Dias de Andrade em 1750. A região era conhecida pelos criadores de gado por abrigar, no sopé da Serra do Picuaraçá, um olho d'água, a única fonte permanente de água para os moradores e animais.

Segundo Calasans,² em outubro de 1785, chegou à localidade o capuchinho italiano Frei Apolônio de Todi (1748-1820), vindo de uma missão da aldeia de Massacará,

² José Calasans. *Cartografia de Canudos*. Salvador: Conselho Estadual de Cultura, 1997.



atualmente no município de Euclides da Cunha. Frei Apolônio teria sido convidado para essa missão por Francisco Costa Torres, um dos arrendatários da Casa da Torre e proprietário da Fazenda Lagoa da Onça. Devido às dificuldades de acesso à água nessa fazenda, decidiu transferir a missão para a Serra do Picuaraçá. Em um documento histórico lavrado pelo próprio frei, ele registra suas impressões: “Chegando ao pé da serra, dei com uma casinha de palha, onde o reverendo vigário vinha de 4 em 5 anos, e nesta desobrigava 7 ou 8 dias a gente que vinha e era chamada de casa de oração, o que vendo fiquei confuso”.³

Conforme o relato do frei, o local escolhido já era um ponto de orações antes mesmo de sua chegada. No entanto, considerando as condições encontradas e a pouca frequência das visitas dos vigários, parece que os senhores de terra não atribuíram grande importância ao local, exceto pelo olho d’água, essencial para os animais. A partir da presença de Frei Apolônio, entretanto, essa terra parece ter sido predestinada a se tornar “o coração místico do sertão”, enquanto o frei passou a ser conhecido como o “Apóstolo dos Sertões”.

Por achar a serra semelhante ao Calvário de Jerusalém, ao final da missão, no dia de Todos os Santos, o frei organiza uma procissão no sentido do alto da serra, percurso realizado todos os anos por romeiros e fiéis até hoje. Ao longo do caminho, foram colocadas cruzes de madeira, “no modo e na distância que ordenam os Sumos Pontífices”. Posteriormente, nos locais, seriam erguidas capelinhas: a primeira dedicada às almas, as sete seguintes às dores de Nossa Senhora, e as catorze restantes lembrariam o sofrimento de Jesus em seu martírio no Monte Calvário, além de mais duas igrejas menores e um templo no ponto mais alto para receber as graças e celebrar missas. Conforme reza o

³ *Idem, ibidem*, p. 73.



próprio frei, ali teria ocorrido o primeiro milagre. Durante a jornada, os fiéis teriam sido surpreendidos por uma forte ventania

[...] de vento tão violento que não só apagou as lanternas que cada um trazia, mas foi preciso botar-se no chão, especialmente as mulheres que vinham atrás; e assim como todo o povo ficou espantado, gritei que não temessem mas que invocassem Nossa Senhora do Amparo que aqui traziam, e no mesmo instante, fazendo o sinal-da-santa-cruz com a mesma imagem, sossegou, prosseguimos a procissão [...] E aqui, sem pensar a nada, disse que daqui em diante não chamassem mais Serra de Picuaraçá mas sim Monte Santo [...].⁴

Embora a identidade religiosa de Monte Santo se destaque na constituição de sua história como o mito fundador constituído pelo encontro de três agentes – o frei, os fazendeiros locais e o aspecto geográfico da Serra do Picuaraçá –, é preciso elucidar as contradições em torno da apropriação e do uso da terra ao longo do tempo, responsáveis pela geração de conflitos que se estendem até hoje.

Conforme demonstra o trabalho de Paiva,⁵ em seu estudo sobre a comunidade Quilombola de São Pedro, uma das primeiras comunidades montessantenses, também extensão dos domínios da Casa da Torre, Monte Santo se desenvolveu a partir da apropriação de terras, antes pertencentes a indígenas, por famílias tradicionais, principalmente da família dos García D'Ávila, a exemplo de João Dias de Andrade. Por meio de arrendamentos, mas não só, os membros dessa família adquiriram inúmeras fazendas, não por compra legítima, mas tomadas pela posse e pela grilagem.

A própria fazenda Acaru representaria uma parte de outra fazenda, a Soledade. Esta teria tido sua fronteira expandida com a falsificação da escritura da fazenda vizinha, o Oiteiro, que pertencia a seu irmão Antônio Dias. Algumas pessoas

⁴ Oleone Coelho Fontes. *O Treme-Terra*: Moreira César, a República e Canudos. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 185.

⁵ Rosana Carvalho Paiva. Histórias dos mais velhos: memórias de cativo e de jagunças. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 10, n. 20, set. 2014.



contam que ele cercou impropriamente a fazenda Acaru; outros, que a comprou. De todo modo, o mais corrente é dizer que Acaru “fazia parte” da Fazenda Soledade, ou seja, correspondeu a um desmembramento desta.⁶

A ocupação e o exercício de domínios de terra de forma desregrada, prática mais comum, constituíram a principal forma de hierarquização da vida social nos sertões por poderosas famílias. Essa prática está no cerne dos conflitos do passado e do presente. Conforme veremos, os principais conflitos em Monte Santo, ao longo de sua história, se dão sobretudo entre grileiros locais ou vindos de fora e camponeses vivendo em comunidades tradicionais de Fundo de Pasto, ou seja, nas terras devolutas ocupadas desde tempos imemoriais, cujo exercício de domínio é coletivo e transmitido pela tradição.⁷

No final do século XIX, Monte Santo ganhou destaque nas páginas dos noticiários nacionais e internacionais com a presença de outro missionário, embora leigo, Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro (1830-1897). Depois de passar por inúmeras povoações pelos sertões do Ceará, Sergipe e Bahia, construindo igrejas, cemitérios e açudes, além de haver restaurado tantas outras, chega a Monte Santo em 1892. Embora algumas fontes atribuam a Conselheiro a responsabilidade pela construção das capelinhas da Santa Cruz, ele teria apenas, na verdade, restaurado algumas delas e a subida inicial, antes de ter-se fixado definitivamente às margens do Vaza-Barris, na comunidade chamada de Canudos, por ele renomeada de Belo Monte.⁸

A fundação da comunidade de Belo Monte, liderada pelo notável Conselheiro dos Sertões, tornou-se um importante centro de atração de gente de toda sorte. Para lá, convergiram vaqueiros, trabalhadores sem-terra, jagunços, beatos e beatas, enfermos,

⁶ Paiva, *op. cit.*, p. 140.

⁷ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: Estudo sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 86.

⁸ Calasans, *op. cit.*, p. 107.



indígenas, escravizados recém-libertos e diversas pessoas marginalizadas pela estrutura latifundiária vigente. Do ponto de vista social e político, Belo Monte representou tanto o desmantelamento da força de trabalho nas fazendas quanto a possibilidade de uma vida mais justa.

Foram milhares as cartas trocadas entre o Barão de Jeremoabo, principal opositor do Conselheiro e influente político baiano, e fazendeiros, agregados e vaqueiros da região, sobre a dinâmica da gente sertaneja rumando para o Belo Monte. O coronel Aristides Borges, em 9 de fevereiro de 1894, em carta ao Barão, noticia:

O Antônio Conselheiro continua a ser o motivo da saída de muita gente daqui, e outros pontos, que ameaça ficarão despovoados. O êxodo agora de nossa gente é grande e o Governador não pode negar tomar providências, que são urgentes.⁹

As intrigas contra o Conselheiro e sua gente não ficaram restritas apenas aos donos de terra; a Igreja Católica já os atacava desde a fase apostólica. Inúmeras vezes, o Conselheiro foi desautorizado a recolher esmolas para a restauração de igrejas e pregar a seus fiéis. Em fevereiro de 1882, o arcebispo da Bahia enviou uma carta circular aos vigários, proibindo a pregação de Antônio Conselheiro nas diversas freguesias.¹⁰ Posteriormente, já em Belo Monte/Canudos, é enviada uma missão chefiada pelo Frei Evangelista de Monte Marciano, em 1895, com a intenção de dispersar os conselheiristas, o que resultou na expulsão da comitiva, pelo próprio povo, da comunidade.

O cálculo geral da trama traçada pela ordem latifundiária-clerical, conforme sabemos, foi a destruição total da comuna conselheirista, mas não só; ao longo do século

⁹ Consuelo Novais Sampaio (Org.). *Canudos: cartas para o Barão*. São Paulo: Edusp, 1999, p. 94.

¹⁰ Mário Maestri e José Rivair Macedo. *Belo Monte: uma história da guerra de Canudos*. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 38.



XX, o crime que ficou conhecido como *Guerra de Canudos* foi um dos episódios mais caluniados da história brasileira. Não bastou a destruição; era preciso implantar a desolação e o silêncio. Vigiados de perto, os sobreviventes que, aos poucos, puderam retornar ao local e criar a Segunda Canudos, só foram ouvidos quase cinco décadas depois, graças à escuta de Calazans,¹¹ Tavares (1993)¹², Moniz (1978)¹³, entre outros.

Em 1952, como soldado, o historiador Nelson Werneck Sodré fala com espanto sobre sua impressão ao visitar o local:

Mais espantosa ainda, a forma como as imagens do passado permanecem na memória dos poucos remanescentes da época do Conselheiro. Ali fui fardado, em viatura militar; senti na pele, passados cinquenta e cinco anos da carnificina, o medo daquela gente ao soldado. Queria falar-lhes, ouvir deles alguma coisa a respeito da trágica epopeia, e foi difícilimo, não arranquei nada de importante, nada de original, nada de novo.¹⁴

Em plena ditadura empresarial-militar, a questão *Canudos* atrai a atenção dos militares. Em 1973, auge da luta armada no Brasil, os militares ocupam novamente o palco dos conflitos, agora antecipando o possível desenvolvimento de focos guerrilheiros na região.

Ali permaneceu durante uma semana, realizando manobras militares e sobrevoando a região. O final das operações foi coroado com a fixação de busto do marechal Carlos Machado Bittencourt, na praça central de Monte Santo,

¹¹ Calasans, *op. cit.*

¹² TAVARES, Odorico. *Canudos: cinquenta anos depois (1947)*. Salvador: Conselho Estadual de Cultura, 1993.

¹³ MONIZ, Edmundo. *CANUDOS: a luta pela terra*. São Paulo: Global, 2001.

¹⁴ Antônio Fernando de Araújo Sá. Os movimentos sociais nas batalhas da memória de Canudos (1993-1997). *A contra corrente*, v. 6, n. 1, p. 112-158, 2008, p. 113.



em frente ao edifício da antiga prefeitura municipal, que, na época da guerra, servira de quartel-general às forças expedicionárias¹⁵.

Segundo Michael Pollak (1989), “essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa¹⁶”. É nesse campo de disputa que, na década de 1980, organizados nas Comunidades Eclesiais de Base, camponeses e camponesas de Monte Santo e região, às margens do Vaza-Barris, vão cantar: “ALEGRIA, POVO MEU, POIS CANUDOS NÃO MORREU”, no que seria o lançamento do Movimento Popular e Histórico de Canudos.

Da formação das Comunidades Eclesiais de Base ao Movimento Popular e Histórico de Canudos

A partir da década de 1970, o regime empresarial-militar passou a sentir os efeitos do esgotamento do padrão de acumulação capitalista promovido pelo “milagre econômico” (1968-1973). Como resultado, podemos apontar duas questões: a perda de popularidade do regime e a desagregação de frações da classe dominante; algumas delas, a exemplo da Igreja Católica, passam da posição de defesa para o combate.

O regime, em um esforço para manter a unidade e o apoio do grande capital, direcionou sua ação política para a concessão de incentivos fiscais a grandes projetos,

¹⁵ NASCIMENTO, José Gonçalves do. *CANUDOS: “uma vila florescente e rica”*. São Paulo: Lura Editorial, 2016.

¹⁶ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 03-15, 1989, p. 4.



especialmente voltados à integração econômica do Norte e Nordeste à economia nacional. Essa política priorizou a ocupação das chamadas áreas “vazias” por meio da expansão da fronteira agrícola e da abertura de novos espaços de exploração. Como consequência, houve um impacto profundo na paisagem e na organização social das populações sertanejas dessas regiões. Foram construídas novas estradas nas florestas e caatingas, ampliada a rede de eletrificação para o interior e promovida a apropriação de novas terras, fosse para o desenvolvimento de culturas agrícolas ou como reserva de valor.

A chamada “modernização agrícola”, como ficou conhecida, trouxe impactos distintos às diferentes regiões do país. Em algumas áreas, promoveu o aumento da produtividade por meio da introdução de técnicas altamente especializadas. Por outro lado, em outras regiões, resultou na expropriação de terras ocupadas por posseiros, camponeses e indígenas. Já em meados da década de 1970, os efeitos negativos dessa modernização começaram a se manifestar de forma mais evidente, com o aumento da violência no campo e a ocorrência de mortes de trabalhadores rurais.

Do ponto de vista da luta de classes, a partir de finais da década de 1970, percebe-se um crescimento da oposição ao regime de organizações da classe trabalhadora, urbana e rural. Nesse contexto, ganha particular importância o trabalho de conscientização promovido pela Igreja Católica, orientado pela Teologia da Libertação, nas periferias, aldeias e comunidades rurais. Algumas organizações surgiram em resposta a essa conjuntura: o Conselho Indigenista Missionário (1972), a Comissão Pastoral da Terra (1975), o Novo Sindicalismo, que posteriormente resultaria na fundação do Partido dos Trabalhadores (1980), e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1984).



Segundo Júnior e Bursztyn,¹⁷ o avanço sobre as terras comunais ocorreu em todas as regiões em que elas persistiram, desde as terras dos “geraizeiros” do Jequitinhonha, das chapadas do Espinhaço, no Piauí, até as terras chamadas de “solta larga”, no Mato Grosso, no Vale do Guaporé, e em Rondônia, nos babaçuais e nos carnaubais de Piauí e Maranhão.¹⁸ O impulso dado à pecuária nesse período, com a concessão de crédito subsidiado e a abertura de agências bancárias no interior, facilitando e incentivando transações, também serviu de apoio e financiamento para os cercamentos desses territórios por fazendeiros, coincidindo, consequentemente, com o registro dos primeiros conflitos entre Fundos de Pasto e fazendeiros na Bahia.

Em virtude da necessidade de legitimar os cercamentos, a fim de dar um respaldo legal às áreas griladas, o Estado brasileiro passou a dar mais liberdade aos estados da federação na criação de leis específicas ajustadas às necessidades regionais para o desenvolvimento. No estado da Bahia, algumas câmaras municipais formularam leis favorecendo a invasão dessas terras, sobretudo, por grandes pecuaristas de gado, permitindo a construção de cercas de três a quatro fios de arame, denominadas popularmente entre os camponeses de “lei do pé alto” ou “lei dos quatro fios¹⁹”, o que restringiu os criatórios de caprinos “à solta” nas caatingas, sob a alegação de prejuízo às propriedades cercadas, violando o direito tradicional dessas comunidades ocupantes de tempos imemoriais²⁰.

¹⁷ Luiz Antônio Ferraro Júnior e Maciel Bursztyn. *Das sesmarias à resistência ao cercamento: razões históricas dos Fundos de Pasto*. Cap. CRH, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792010000200012>. Acesso em 20 de dez. de 2024.

¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 395.

¹⁹ TORRES, Paulo Rosa. *Terra e territorialidade das áreas de fundo de pasto no semiárido baiano*. Feira da Santana: UEFS Editora, 2013, p. 54.

²⁰ THOMPSON. E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 86.



A agressão dos latifundiários sobre as comunidades de Fundo de Pasto, aqui, é sentida como uma agressão ao modo de vida e ameaça ao uso coletivo da terra. Cada região expressa a seu modo o significado de sua luta, denominando-as conforme a sua realidade: “luta pela solta”, pelo “bode solto”, “Fundo de Pasto” ou “liberação das terras”.²¹

Em Monte Santo, locus de nossa pesquisa, a organização e a resistência dos camponeses ao latifúndio só começaram a ganhar força com a formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), impulsionada pelo trabalho pastoral da Igreja Católica a partir da chegada do Padre Enoque José de Oliveira, em 1981.²² De acordo com Enoque (2017)²³, em depoimento ao autor, já existia uma proposta da Diocese de Senhor do Bonfim para realizar um trabalho de organização popular nas comunidades da Paróquia Sagrado Coração de Jesus, em Monte Santo. No entanto, a iniciativa estava atrasada em razão do conservadorismo local, influenciado por um clero desconectado às questões concretas dos trabalhadores, especialmente, as relacionadas à terra. Antes disso, havia um esforço inicial liderado por quatro irmãs espanholas, mas este era limitado em alcance e pouco adaptado à realidade sertaneja. Suas atividades restringiam-se ao povoado, um espaço marcado pela influência de cabos eleitorais e jagunços ligados aos fazendeiros.

²¹ Gildásio dos Santos Andrade. *“Preparando a guerrilha”*: da formação das Comunidades Eclesiais de Base ao resgate da experiência histórica de Bello Monte/Canudos. 2017. Monografia – Universidade Federal da Fronteira Sul, Veranópolis, 2017, p. 38-39.

²² Padre Enoque de Oliveira é natural do interior do Ceará, nascido em 1947, filho de pescadores. Segundo ele, no mar, teve o primeiro contato com a fome e as injustiças sociais e com a luta do povo. Na década de 1970, já formado em Filosofia e Teologia, como padre, passa a atuar nas ocupações de terra na região periférica de Salvador, experiência que depois seria muito importante para o trabalho em Monte Santo, por ele batizado de “Santuário da fé e paraíso da grilagem”.

²³ ANDRADE, Gildasio dos Santos. *“PREPARANDO A GUERRILHA”*: da formação da Comunidades Eclesiais de Base ao resgate da experiência histórica de Belo Monte/Canudos. (Monografia) UFFS- RS, 2017, p. 40.



Eu já tinha percebido que nos povoados é lugar de fuxicagem, politicagem, nunca vi um povoado que tenha trabalho de organização popular. O povoado é uma espécie de mini prefeitura onde circulam os cabos eleitorais do prefeito, e qualquer tipo de discussão que tenha ali o prefeito sabe no mesmo dia.²⁴

Neste sentido, o trabalho voltou-se para o interior das caatingas, das roças e alpendres das casas dos membros das comunidades. O trabalho pastoral conjugava conscientização e organização popular.

No ano de 1981, a região enfrentava uma forte seca, o que, como em outras ocasiões semelhantes, se mostrou um momento oportuno para os fazendeiros ampliarem suas cercas, aproveitando a fragilidade das condições de resistência. De acordo com lideranças das comunidades, dezenas de áreas foram cercadas por grileiros nesse período. Infelizmente, não há dados precisos sobre o total de terras afetadas, já que poucas dessas invasões foram registradas oficialmente. Muitas dessas áreas eram coletivas, utilizadas simultaneamente por diversas comunidades. Todavia, com o intenso trabalho de base nas comunidades, posteriormente chamado de Movimento Popular e Histórico de Canudos, e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), os conflitos agrários e a situação de Monte Santo passaram a ser registrados de forma mais consistente e frequente.

De onde, então, os trabalhadores tirariam força e inspiração necessária para romper a miséria histórica? As celebrações litúrgicas tradicionais e promessas à Santa Cruz não preenchiam a vida desses trabalhadores por completo; faltava-lhes a terra para plantar e soltar o bode, a água para saciar a sede e molhar a plantação. A resposta veio da própria experiência histórica de libertação dos sertanejos. A experiência camponesa de Belo Monte/Canudos e do Conselheiro, distante 85 anos no tempo (1897-1982), destruída

²⁴ ANDRADE, Gildasio dos Santos. *“PREPARANDO A GUERRILHA”: da formação da Comunidades Eclesiais de Base ao resgate da experiência histórica de Belo Monte/Canudos.* (Monografia) UFFS- RS, 2017, p. 50.



tantas vezes pelas classes dominantes nacionais e estaduais, e, mais ainda, deturpada sua imagem, foi a inspiração maior de uma sociedade por vir enraizada nos cristãos.

Não demorou, e as reuniões multiplicavam-se pelas comunidades já no ano seguinte, 1982.

Debaixo dos umbuzeiros, em barracas, capelas, casas de farinha, os camponeses em assembleia foram tirando as propriedades do trabalho: defesa da terra para o bode se criar, terra para trabalhar e morar, criação de açudes, vivência profética do evangelho incorporado à religiosidade popular, denúncia aberta contra a injustiça generalizada, defesa da escola etc.²⁵

Escreve Enoque:²⁶ “Movia-nos a ideia de resgatar Canudos, denunciar os culpados, exigir justiça. Mas a justificativa maior para mexer naquela chaga aberta nos céus da caatinga era transformar a realidade do mundo camponês e dar-lhe identidade”. A partir desse momento, a formação das Comunidades Eclesiais de Base nasce, fundamentalmente, imbricada ao próprio resgate da experiência de Belo Monte/Canudos.

Contudo, a construção de uma identidade social de determinado grupo ou pessoa em relação a um fato histórico, qualquer que seja, é, segundo Michael Pollak (1992), perfeitamente possível, desde que o fenômeno socializado por meio da política ou da socialização histórica cause uma forte identificação com o passado; aí poderíamos, também, falar de uma memória quase que herdada. Pode, continua o mesmo autor, haver um alto grau de identificação com personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa ou do grupo, transformando-as quase em conhecidas²⁷.

²⁵ Enoque de Oliveira. *Conselheiro do Sertão: entre predicas e conselhos* (líder Camponês). Salvador: Movimento Popular e Histórico de Canudos, 1997, p. 88.

²⁶ *Idem, ibidem*, p. 87.

²⁷ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992, p. 201.



Essa dimensão de “quase conhecimento” pode ser percebida expressivamente nas falas dos camponeses, recolhidas pelos coordenadores do movimento durante as manifestações e encontros. Liderança da comunidade de Muquem, uma das comunidades griladas, fala:

Antônio Conselheiro, acho que seja qualquer um de nós que queira ser. Porque se nós faz a vontade que ele fazia, somos Antônio Conselheiro. Porque ele era um homem que gostava muito de dividir, de compartilhar com os pobres, por isso os grandes que estavam lá no poder derrubaram com ele. Até que mataram. Mas a luta não se acabou... ficou continuando ainda mais forte (Testemunho recolhido pela coordenação do MPHIC).

Também sugere Araújo de Sá,²⁸ citando Jacy Seixas, que as memórias irrompem e invadem a cena pública, em busca de reconhecimento e articulação, respondendo, provavelmente, a uma necessidade que a racionalidade histórica é impotente para exprimir, atualizando no presente vivências remotas que se projetam no futuro.

Como, então, criar um grau de identificação com essa experiência e seu líder, tendo sido sua representação tantas vezes deturpada pelos vencedores, escolhida pela história oficial e pela classe dominante como exemplos maiores de loucura e fanatismo na história do Brasil? Podemos dizer, assim, que isso só foi possível a partir de muitas reflexões construídas coletivamente nas comunidades e pela experimentação de vivências concretas de enfrentamento às questões vivenciadas. É interessante notar como a experiência os fez perceber o lugar que cada grupo social ocupa no processo histórico e, mais ainda, perceberem-se como participantes de um processo maior ao longo do tempo: “A tradição dos oprimidos”.

Professora e militante do movimento, Gilvandete Evangelista dos Santos afirma:

²⁸ Araújo Sá, *op. cit.*, p. 114-115.



Aconteceu uma guerra cruel aqui pertinho da gente. Então era importante rever essa história. Dizem que Antônio Conselheiro era loco, fanático, vamos ver se é mesmo? Por que essa experiência foi combatida? Por que veio o Exército do país para acabar com isso aí? Qual a importância disso aí? Então a gente foi revendo a história. Que hoje a gente sabe comparar com a nossa. Quando o povo começou a se organizar aqui, também foi combatido, estão sendo combatidos, até... mesmo pela Igreja. Então é uma história que tem muito a ver com a gente. Canudos está profundamente ligado à vida do povo (Gilvandete Evangelista dos Santos, professora).²⁹

Foi neste sentido que se processou a formação das comunidades de base em Monte Santo. Quanto mais o trabalho cavoucava os problemas das comunidades, mais crescia o grau de identificação dos camponeses com a experiência de Belo Monte/Canudos e a do próprio Conselheiro, superando, paulatinamente, a referência negativa sobre elas. Mas a resistência das comunidades e do próprio clero ao trabalho que estava sendo feito, ainda assim, foi muito grande. A imagem negativa do Conselheiro e a força exercida pela classe dominante sobre o povo eram históricas a ponto de serem naturalizadas. Enoque relata ter sido desautorizado, em 1982, a entrar na capela do povoado de Rosário (teatro da guerra) para falar de Canudos. Os padres da diocese de Bonfim eram temerosos em abordar o assunto, irritando-se, inclusive, com a relação estabelecida entre a formação das comunidades e o resgate do movimento do Conselheiro. “Uma das filhas de seu João de Regis, rama dos Guerra, afirma que há dez anos odiava Conselheiro ‘porque aquele assassino tinha matado muita gente’”.³⁰

Diversas manobras foram realizadas para tentar neutralizar o trabalho das comunidades em Monte Santo. A partir de 1983, o então prefeito da cidade, Ariston Correa de Andrade, intensificou o combate direto às ações das comunidades. Os principais espaços usados para reuniões, pertencentes à paróquia, foram tomados. Em

²⁹ Oliveira, *op. cit.*, p. 93.

³⁰ Oliveira, *op. cit.*, p. 88.



maio de 1985, enquanto o Padre Enoque estava em Salvador participando de um encontro, o prefeito tomou dois imóveis da paróquia: a Casa dos Romeiros e o Cine Teatro São Jorge. Este último, um patrimônio histórico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), foi confiscado sob a justificativa de que ali funcionaria uma creche. “Politicamente, era impedir que a comunidade se reunisse, o que, automaticamente, enfraquecia todo o trabalho que vem sendo desenvolvido³¹”.

Além disso, durante as missas na igreja matriz, era comum a presença de petroleiros armados circulando ao redor do templo para intimidar o padre e os membros das comunidades. Na praça, carros de som eram usados para tentar atrapalhar as celebrações religiosas. Em 1984, a Câmara de Vereadores aprovou uma moção declarando o Padre Enoque como *persona non grata*. O clima de tensão chega a limite em 1986, com a prisão do padre, sob a acusação de desacato às autoridades. Esse fato em particular se destaca pela grande comoção gerada em Monte Santo e municípios vizinhos atendidos pelo trabalho do Novo Movimento de Canudos, resultando numa grande manifestação até sua soltura dias depois.

No fundo, do ponto de vista geral, o trabalho nas comunidades produziu os efeitos esperados para uma região profundamente marcada pela opressão e miséria: para as terras griladas, os “ventos da meia-noite”, como ficaram conhecidas popularmente as derrubadas de cercas, as propriedades tomadas pelo prefeito foram recuperadas pela pressão popular e a memória de Belo Monte/Canudos e do Conselheiro como fanático foi reelaborada e alçada à imagem de Líder Camponês de Massas.

O movimento ganhou sua maior expressividade e projeção em 1984, ocasião em que as comunidades de Monte Santo resolvem responder às agressões, convocando as

³¹ BAHIA, Panorama da. *Igreja X políticos: eterno conflito*. Feira de Santana: 1986, p. 6.



CEBs de outras regiões, pastorais sociais, movimentos e organizações políticas para a mais importante demonstração de força do Movimento Popular e Histórico de Canudos. Às margens do Cocorobó, açude onde repousam sob suas águas as duas Canudos, a do Conselheiro e a dos sobreviventes que aos poucos retornaram, foi realizada a primeira Missão aos Mártires de Canudos. Esse foi o evento de camponeses mais importante no norte do estado, tanto pela projeção de uma nova imagem de Canudos e do Conselheiro como por ter mobilizado todas as forças sociais, de trabalhadores, mas também a imprensa aliada ao regime em torno do tema de Canudos.

O Jornal *A Tarde* ataca, em seu editorial, com a manchete: “Preparando a guerrilha”, causando o trabalho de atitude revanchista

Infelizmente, alguns sinistros personagens do chamado clero engajado pensam de forma diferente e apresentam os fatos de Canudos como consumados e definitivos, servindo para os seus objetivos político-ideológicos, porém, abrindo uma frente de divergências com as Forças Armadas (mais precisamente o Exército que enfrentou Canudos) num momento de instabilidade política nacional e tendo como cenário a região que se apresenta como a maior vítima da atual crise econômica do País, o Nordeste, e, no coração do Nordeste, o tórrido sertão da Bahia.³²

Em 1988, o padre Enoque entrega a paróquia. Pressionado pelas forças políticas municipais, pela imprensa e por setores conservadores do clero, é afastado das funções de padre. O desfecho do trabalho em Monte Santo, longe de ser uma exceção, respondia a um novo momento histórico vivido pela Igreja Católica enquanto instituição: o combate à Teologia da Libertação e aos teólogos, e a desorganização dos trabalhos considerados “excessivamente políticos” promovidos junto aos movimentos sociais pelas CEBs.

³² Preparando a guerrilha. *A Tarde*, Salvador, 26 de julho de 1984, p. 6.



A partir desse momento, a Igreja começa a desfazer todo o trabalho e a combater o Movimento de Canudos, denominando-o como “Experiência do Diabo”. Imediatamente, lança o chamado sobre seus fiéis para participarem das romarias organizadas pela Igreja, com claro objetivo de esvaziar a que vinha sendo organizada desde 1984 pelo movimento. Até hoje, no mês de outubro, em Canudos ocorrem duas romarias, a do Movimento Popular e Histórico de Canudos e a da Igreja, organizada pelo Instituto Popular e Memorial de Canudos (IPMC).

Considerações finais

Ao longo do trabalho, é notória a percepção que temos do que foi esta experiência iniciada em princípios de 1982 e brutalmente reprimida a partir de 1984. No entanto, o movimento segue seu cortejo heroico, mesmo que esvaziada a sua base social. Nas falas e ações, percebemos o amadurecimento da consciência de classes no sentido marxista, com a qual trabalhadores e lideranças estão cientes de sua luta e das consequências assumidas no processo. As falas registradas pelo movimento no calor dos eventos nos dão a dimensão da significância daquele momento para a transformação de sua realidade.

O entrelaçamento do vivido (história) e do concebido (síntese do processo) nos faz compreender por que aquela experiência não poderia passar despercebida pela classe



dominante do sertão. Zé do Jardim, camponês da comunidade de base do Desterro, expôs com simplicidade, mas coerência, seu aprendizado na luta:

Popular para nós foi a luta de Antônio Conselheiro. Popular para nós é fazer o mutirão. E nós darmos as mãos erguidas. Abraçados a todos. Popular precisa ficar muito importante.

Jesus disse no Evangelho. De onde vêm as grandes guerras? Vêm de vocês? A guerra não vem de nós. Vem dos politiquinhos. Daqueles que mandam na polícia. É nós que bate na polícia ou é a polícia que bate em nós? É nós que tomamos a terra ou é o grileiro que toma a terra de nós? É nós que explora os ricos ou os ricos que exploram nós? É nós que toma o direito da criança ter escola; ou é os ricos que prende, fecha hospitais, cobra grandes impostos e quando acaba não nos dá o direito. É preciso que nós entenda, que nos respeite, que a luta de Antônio Conselheiro era em cima disso, para nós ser livres, independentes. A nossa luta é essa. Quando uma pessoa disser que popular é inútil, essa pessoa é um safado.³³

O nosso esforço ao longo deste trabalho era poder trazer à luz mais esta experiência que já se soma como uma importante experiência das lutas camponesas no Brasil, tal qual Belo Monte/Canudos, Contestado e tantas outras no passado.

³³ Oliveira, *op. cit.*, p. 92.